

2 EMPREGO E RENDA

A evolução do emprego e dos rendimentos até julho, já se iniciando o segundo semestre, torna altamente provável a hipótese de 2003 vir a ser mais um ano caracterizado pela deterioração dos principais indicadores do mercado de trabalho. Com a divulgação dos últimos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, o baixo dinamismo da demanda por mão-de-obra, já verificado nos meses anteriores, mais uma vez se confirmou: em relação ao mês de junho, as seis maiores regiões metropolitanas do país apresentaram, praticamente, o mesmo nível de ocupação em seu conjunto, com uma diminuição de cerca de 9 mil postos de trabalho, equivalente a uma queda de 0,05%. Considerando-se o desempenho do nível da ocupação na PME desde janeiro corrente, a variação observada é de apenas 88 mil postos de trabalho.¹ Esse crescimento foi absolutamente insuficiente, tanto para absorver as pessoas que chegam ao mercado de trabalho, quanto, com mais razão, para reduzir a desocupação de forma consistente.

Nesse sentido, apesar de ter havido em julho uma redução no número de pessoas desocupadas (o primeiro mês em que isso ocorre, neste ano), ela deveu-se não ao crescimento da demanda, pois houve até mesmo uma diminuição do nível de ocupação: o menor estoque de desocupados (menos 50 mil pessoas) decorreu de um aumento da inatividade, isto é, de uma redução da taxa de participação das pessoas no mercado de trabalho. De fato, depois de apresentar um crescimento quase monotônico desde junho do ano passado (cerca de 2,5 pontos percentuais em 12 meses), o que significa um impacto de 850 mil pessoas adicionais (além daquelas trazidas pelo crescimento normal da população em idade ativa), a taxa de participação mostrou em junho uma ligeira inflexão, de 0,3 ponto percentual, retirando do mercado de trabalho cerca de 110 mil trabalhadores. A menor pressão da oferta permitiu, então, um pequeno recuo da taxa de desemprego, que passou de 13,0% em junho para 12,8% em julho.

Tal recuo, embora se tratando praticamente de uma estabilidade, interrompeu a trajetória de crescimento desse indicador (que tinha acumulado um aumento de 1,8 ponto percentual desde janeiro). Essas relações entre a evolução da taxa de participação e o comportamento da taxa de desemprego ajudam também a se ter uma visão sintética do desempenho do mercado de trabalho nos últimos 12 meses, na qual aparecem duas fases nitidamente distintas. Conforme mencionado, de julho de 2002 até junho deste ano, a taxa de ocupação cresceu em quase todos os meses, com exceção de dezembro. Tal crescimento, até dezembro, foi determinado por um processo virtuoso de aumento da ocupação e diminuição

1. Levando-se em conta as medidas de dispersão para as estimativas, que agora são divulgadas pelo IBGE, pode-se construir intervalos de confiança de modo a considerar a imprecisão inerente à natureza amostral da pesquisa. No caso da ocupação, quando se toma o nível de 95%, o limite superior de tal intervalo para janeiro é maior que o limite inferior encontrado para julho, o que permite questionar seriamente a existência de algum crescimento. Assim, uma leitura mais cautelosa poderia ser indicadora de estabilidade no semestre.

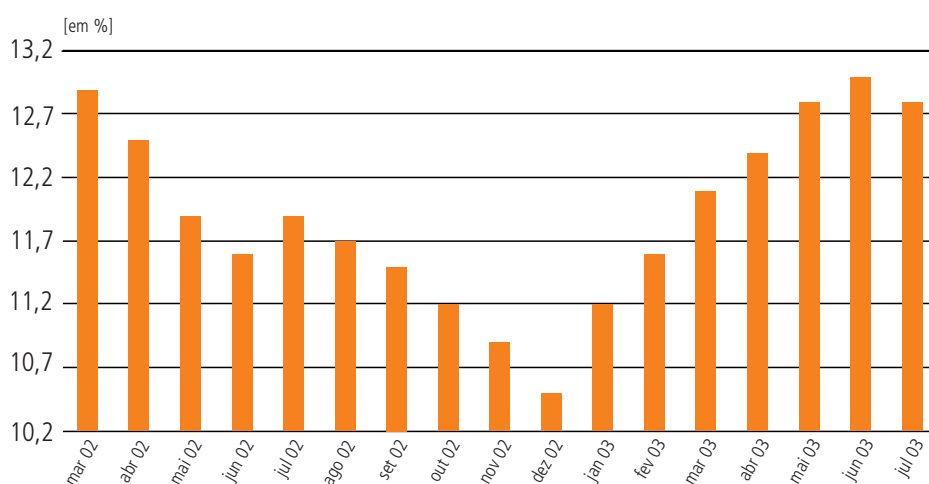
da desocupação, o que produziu uma queda sistemática da taxa de desemprego (Gráfico 2.2.). Contudo, já a partir de janeiro, embora a taxa de participação continuasse crescendo, o comportamento dos seus determinantes se alterou: a ocupação passou a exibir sinais de estagnação, iniciando-se um processo de aumento sistemático da desocupação. O resultado inevitável foi a inflexão observada no comportamento da taxa de desemprego (em que pese a pequena queda em julho).²

O panorama também não é favorável no que diz respeito aos rendimentos habitualmente recebidos do trabalho (Gráfico 2.3), que vêm caindo, de forma quase continuada, há muito tempo. É bem verdade que quando se toma como referência a variação acumulada em seis meses, o pior parece ter ficado para trás: depois de ter oscilado entre 10% e 11% no início do ano, a queda semestral acumulada passou a declinar nos últimos dois meses, tendo chegado a 5,4% em julho. Essa esperança, na opinião de alguns analistas, é reforçada com a possibilidade de grupos mais organizados conseguirem reposição parcial da inflação passada e, com a queda recente verificada nas taxas de inflação, experimentarem algum ganho real no futuro próximo. Não obstante, parece razoável crer que uma trajetória de recuperação da renda do trabalho ainda não esteja tão próxima assim, na medida em que o poder de barganha dos trabalhadores foi bastante solapado nos últimos tempos.

Nesse contexto, a principal questão que se coloca para os próximos meses é se a perspectiva de reanimação do ritmo da atividade econômica irá mesmo se concretizar, já que uma reativação da economia, considerando a situação atual de enxugamento das estruturas de pessoal das empresas, deverá provocar uma demanda por novas contratações. É verdade, no entanto, que, devido ao processo de deterioração a que o mercado de trabalho vem sendo submetido por um longo período, tais contratações só se traduzirão em reversão efetiva no quadro geral — desemprego em alta, ocupação estagnada e renda real em queda — à medida que a própria reanimação da economia der lugar a uma tendência firme de crescimento sustentado.

GRÁFICO 2.1

Taxa de Desemprego*



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIMAC.
*Nova metodologia.

2. De forma similar à da ocupação, aqui também se pode levar em conta a imprecisão das estimativas. Apesar de as variações mensais na taxa de desemprego terem sido sempre pequenas, a comparação dos intervalos de confiança de 95% para janeiro e julho permite afirmar com bastante segurança que houve um aumento no desemprego em 2003.

GRÁFICO 2.2

PME — Taxas de Participação e de Desemprego*

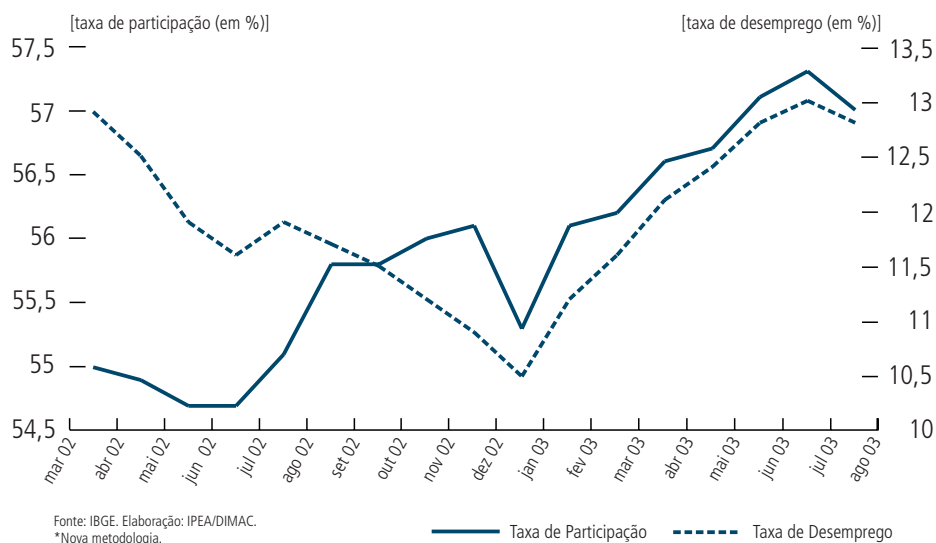


GRÁFICO 2.3

Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido*

